

APRESENTAÇÃO

Este volume teve como origem próxima o seminário *Portugal e o Mundo Ultramarino Português no âmbito da Monarquia Católica (1581-1640). Investigações em curso* organizado pelo *Centro de História de Além-Mar* e celebrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa no 24 de Abril de 2009. A selecção dos textos que aqui se publicam e que recolhe sete das principais intervenções, aborda distintos aspectos do Portugal dos Habsburgo, um período histórico que nas últimas décadas tem vindo a despertar o interesse de uma comunidade científica internacional que gerou estudos de grande qualidade.

A jornada origem deste livro partiu de uma iniciativa comum que o professor Pedro A. Cardim e eu próprio colocámos em marcha em 2008. O propósito deste encontro científico residia em dar a conhecer algumas das actuais linhas de investigação dedicadas ao Portugal dos Filipes. A importância das novas perspectivas de análise recentemente surgidas, tributárias, na sua maior parte, dos trabalhos realizados há varias décadas atrás por alguns precursores no estudo deste singular período histórico e pelos seus brilhantes epígonos, justificava a realização daquela intensa jornada de trabalho. A bibliografia sobre o período é demasiado volumosa para ser aqui enumerada mas podemos, no entanto, citar os nomes dos seus principais representantes, entre os quais figuram Joaquim Romero Magalhães, António de Oliveira, Stuart Schwartz, António Manuel Hespanha, Fernando Bouza, Santiago de Luxán Menéndez, Rafael Valladares, Diogo Ramada Curto, Avelino de Freitas de Meneses, Jean-Frédéric Schaub, Carlos Margaça Veiga, José Pedro Matos Paiva, Mafalda S. da Cunha, Fernanda Olival, Ângela Barreto Xavier e Federico Palomo, entre outros.

A proposta foi muito bem acolhida e desde o início contou com a cumplicidade de numerosos colegas, entre eles o mais destacado especialista actual na história do Portugal filipino, o professor Fernando Bouza, catedrático da Universidad Complutense de Madrid, que entusiasticamente acolheu o projecto.

A jornada acabou por contar com a presença de destacados professores e de investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis. Entre os

primeiros estavam Ana Isabel Buescu, Fernanda Olival, Nuno Gonçalo Monteiro, Fernando Bouza, Mafalda Soares da Cunha, Avelino de Freitas de Meneses, João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Cardim. Entre os segundos, os doutores José Antonio Guillén Berrendero, Félix Labrador Arroyo, Zoltán Biedermann, Guida Marques, Luis Salas Almela, Margarita E. Rodríguez García, Ana Isabel López-Salazar, Santiago Martínez Hernández, Edval de Souza Barros, André Murteira e José Antonio Martínez Torres.

A apresentação das investigações em curso sobre alguns dos aspectos mais relevantes da história de Portugal e dos seus territórios ultramarinos durante o período em que esteve incorporado na Monarquia Hispânica (1581-1640) ficou a cargo de um conjunto de investigadores de pós-doutoramento, os quais têm em comum o facto de levarem a cabo os seus projectos com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e, parte deles, do *Centro de História Além-Mar* da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Também entre os investigadores intervenientes figuravam dois membros do CIDEHUS, para além de dois professores da University of London e da Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. A presença e intervenção activa dos especialistas de reconhecido prestígio internacional, anteriormente referidos, permitiu abrir novos espaços de discussão, partilhar e confrontar propostas e perspectivas de análise.

A julgar pelo notável êxito alcançado pelo seminário – a concorrida presença de investigadores, docentes e estudantes e a profundidade dialéctica dos debates posteriores à apresentação das investigações em curso, torna-se uma excelente prova de qualidade –, o balanço final não podia ter sido mais positivo. A importância deste tipo de encontros científicos radica não só no facto de que constituem um importante fórum de discussão, mas também, e o que é mais importante, que supõem um reconhecimento que a maioria dos projectos de investigação actuais – que financia a Fundação para a Ciência e a Tecnologia – foram e são desenvolvidos com o apoio do *Centro de História de Além-Mar*. Foram estas razões que levaram a considerar a oportunidade de publicar os textos apresentados.

Podemos dizer, sem medo a nos equivocarmos, que a realidade historiográfica que conformam os numerosos estudos sobre o Portugal Habsburgo, também denominado Portugal Hispânico ou Portugal dos Filipes, alcançou a sua maturidade. No entanto, isso não impediu que continue a ser um período histórico atractivo para os historiadores mais jovens, de ambos os lados da raia e dos investigadores do espaço atlântico interessados nas relações hispano-portuguesas durante a Alta Idade Moderna. Novas e inovadoras contribuições somaram-se a esta corrente nos últimos anos, consolidando de maneira rotunda o atractivo que continua a ser não só a análise das relações entre ambos os reinos e as suas comunidades políticas, como os estudos, que através da transversalidade, possibilitam um maior conhecimento das interrelações entre as distintas realidades nacionais.

Embora como director e coordenador da publicação me corresponda apresentar e, porque não, elogiar a qualidade dos textos apresentados, decidi também comentar brevemente o seu conteúdo para introduzir o leitor nas páginas do livro. Apesar de em alguns casos os autores apresentarem já os resultados definitivos das suas actuais investigações, noutros oferece-se apenas uma primeira aproximação ao objecto de estudo. Em qualquer caso, os estudos apresentados mostram uma grande variedade temática e de campos de análise que permite abarcar numerosos aspectos daquele efémero Portugal dos Filipes.

Tal como ocorreu durante a jornada de trabalho, o livro dividiu-se em duas secções que delimitam os âmbitos de investigação. Uma primeira intitulada “Governo, administração e elites de poder na metrópole”, que agrupa os textos de Félix Labrador, José Antonio Guillén, Santiago Martínez e Luis Salas. Nesta parte inicial enquadram-se vários ensaios relacionados com o Portugal da metrópole como a corte e a casa real, as elites nobiliárquicas e os problemas da defesa militar na pré-restauração.

Assim, Félix Labrador Arroyo analisa, através do estudo das estruturas e funcionamento das distintas casas reais que se sucederam entre D. João I e D. Filipe I, a integração das elites do reino. O estudo fala da importância que adquiriu a corte, e por extensão a casa real, a partir do primeiro rei da dinastia de Avis, como elemento estruturante das distintas forças políticas. Todos os monarcas, em maior ou menor grau, utilizaram o serviço palatino doméstico não só para incorporar a obediência à nobreza, mas também para fortalecer o seu poder e legitimidade dinástica face ao inimigo secular, Castela. No entanto, estas funções mudaram quando o monarca espanhol foi reconhecido como rei de Portugal. Depois da saída do rei de Lisboa em 1583, a corte portuguesa extinguiu-se, facto que acabou por afastar as elites lusitanas da sua metrópole, instalando-se na nova corte de Madrid, ou residindo nos seus senhorios. Sobre esta problemática centra a sua argumentação o professor Labrador em “A função integradora da Casa Real Portuguesa de D. João I a D. Filipe I (1385-1598)”.

Por sua parte, José Antonio Guillén Berrendero, em “*Gente melhor & de mayor qualidade*. Algumas reflexões sobre a ideia de prestígio e seus agentes em Castela e Portugal 1556-1640”, apresenta-nos um modelo interpretativo das diferentes fórmulas de acesso ao sistema de honra que conviveram em Castela e Portugal entre 1580 e 1640. A experiência da União Ibérica facilitou a evolução do discurso sobre o prestígio existente em todos os reinos que integravam a Monarquia Hispânica. O autor põe em relevo a importância de vários agentes na configuração de um discurso válido sobre o mérito pessoal, a honra e a virtude como sinais exteriores de nobreza. Trata-se de uma interessante primeira aproximação aos artífices da ideologia do prestígio.

O autor destas páginas apresenta, em traços largos, em “D. Cristóvão de Moura e a Casa dos Marqueses de Castelo Rodrigo. Propuesta de investigação e linhas de análise sobre o grande privado de D. Filipe I”, as primeiras

conclusões do seu actual trabalho de investigação sobre D. Cristóvão de Moura, o principal ministro português e grande privado de D. Filipe I, fundador da Casa dos Marqueses de Castelo Rodrigo. Várias são as questões que se abordam nesta aproximação que remetem para as diferentes linhas de análise seguidas por Martínez Hernández, como, por exemplo, a repercussão historiográfica da figura de Moura em Portugal e Espanha ao longo das últimas centúrias. Não menos importantes são os restantes assuntos tratados no texto, como a acção diplomática de D. Cristóvão entre as cortes de Avis e dos Habsburgo, a sua dimensão como grande privado do rei na década final do reinado, assim como as estratégias matrimoniais, a constituição do grande estado senhorial de Castelo Rodrigo e de uma muito ampla rede clientelar. A influência e o poder acumulados pelos Moura na sua terra natal durante duas gerações, acabou por dar lugar, em tempos do segundo marquês, D. Manuel de Moura, personagem capital da oposição anti-olivarista, em uma das primeiras casas nobiliárquicas de Portugal e no principal referente da nobreza filipina criada por uma nova dinastia. A sua identificação com o Portugal nascido em Tomar em 1581 acabou por provocar a sua extinção com a Restauração bragancista.

Por último, Luis Salas Almela, em “O Algarve tutelado: a intervenção do duque de Medina Sidonia na defesa do Sul de Portugal (1637-1640)” aborda uma questão de grande interesse, não suficientemente conhecida, as consequências que tiveram em Castela os motins que ocorreram no Alentejo e no Algarve em finais da década de 1640. Os ecos daquelas alterações lusitanas deixaram de se sentir muito cedo do outro lado da raia. Salas Almela oferece uma interpretação daqueles acontecimentos através da implicação do então *Capitán general del Mar Océano y Costas de Andalucía*, o nono duque de Medina Sidonia, na mobilização militar anterior à guerra da Restauração. Torna-se bastante interessante a análise que o autor faz da actuação do duque na bem sucedida campanha militar de 1637-1638, assim como do seu interesse no fortalecimento da fronteira sul, factos que não podem ser separados dos sucessos que Medina Sidonia protagonizou em 1640-1641.

Na segunda e última secção, sob o nome de “Governo e relações nos territórios ultramarinos” reunimos os relevantes contributos de Guida Marques, Zoltán Biedermann e André Murteira sobre diferentes realidades, conflitos e dinâmicas da América e da Ásia portuguesas.

Guida Marques oferece-nos no seu uma interessante análise sobre “As ressonâncias da restauração da Bahia (1625) e a inserção da América Portuguesa na União Ibérica”, sobre as repercussões da tomada de São Salvador da Bahía pelos holandeses em 1624 e a sua posterior recuperação no ano seguinte por uma frota conjunta luso-castelhana sob o comando dos destacados militares, D. Manuel de Meneses e D. Fadrique de Toledo. A maior armada que jamais cruzara o Atlântico acabou por recuperar a praça. As ressonâncias da vitória cedo alcançaram a metrópole e todo o Velho Continente. O mais significativo da restauração da Bahía – não se deve esquecer

que se tratava da capital do estado do Brasil – foi, sem dúvida, o redescobrimto do Brasil na Europa mas também a definitiva – e no entanto efémera incorporação da América portuguesa na união ibérica. Estes e muitos outros aspectos igualmente relevantes – como as representações historiográficas, artísticas e literárias que, para maior glória da Monarquia Católica, decorreram da vitória –, são analisados com brilhantismo pela autora.

Por seu turno, Zoltán Biedermann, no seu “Inovação filipina ou realização de um velho plano português? O conturbado início da conquista de Ceilão”, aproxima-nos da experiência que representou a conquista lusitana de Ceilão e das significativas mudanças que supôs para a ilha a mudança das políticas imperiais ao longo do século XVI. Se enquanto reinavam em Portugal os Avis prevaleceu uma prática de “domínio indirecto, largamente simbólico, onde a diplomacia e as ficções jurídicas assumiram um papel central”, depois da entronização de D. Filipe I, este “regime vassalático” quebra-se e é substituído por uma nova política imperial de conquista, que implica o domínio efectivo e directo. Desde 1594, quando se cria a capitania geral de Ceilão, e sobretudo, a partir da apropriação do trono cingalês (a Coroa de Kotte) pelo novo rei, a ilha acabou por se converter no principal campo de conquista territorial portuguesa na Ásia.

André Murteira analisa com perspicácia as relações do Estado da Índia, como era conhecido o conjunto de territórios ultramarinos portugueses na Ásia, com a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* e com a *East India Company* durante o período da União Ibérica, dando particular atenção ao Índico ocidental, núcleo da presença portuguesa no Oriente e à efémera aliança anti-ibérica que subscreveram entre 1620 e 1623. No seu “O Estado da Índia e as companhias das Índias Orientais neerlandesa e inglesa no Índico Ocidental, 1600-1635”, Murteira apresenta-nos os esforços de ambas companhias para sustentar um pacto, pensado para perdurar duas décadas, que desde o primeiro momento afrontou demasiados obstáculos, decorrentes de posicionamentos distintos em relação ao Estado da Índia, que *a posteriori* fizeram fracassar o projecto e que confirmaram na década de 1630 o potencial financeiro da companhia holandesa.

A publicação deste conjunto de estudos, a cujos autores desejo expressar o meu mais profundo agradecimento pela sua colaboração entusiasta, compreensão e paciência, permite, em nosso entender, reconstruir algumas das ainda numerosas realidades que albergou aquele efémero Portugal dos Habsburgo que, assim que alcançou a maturidade, e não sem oposições à sua existência de um e de outro lado da raia, conseguiu viver até aos sessenta anos. A vigência do *lusitanismo hispânico*, bem como a do não menos importante *hispanismo lusitano*, e o continuado interesse que suscita um período histórico ainda não isento de polémicas, que deveriam ficar reservadas ao âmbito da discussão historiográfica, justificam a aparição deste volume que, sem ser um modelo de perfeição, conseguiu despertar a atenção de um grupo

de jovens investigadores cujas linhas de investigação confluem, em diferentes dimensões e campos de análise, num mesmo espaço geopolítico.

Como director do seminário e do livro, compraz-me dirigir as últimas palavras ao professor e amigo Pedro Cardim por ter apoiado esta iniciativa desde o primeiro momento e pela sua generosa orientação científica. Do mesmo modo, é cumpre agradecer ao *Centro de História de Além-Mar* e, muito em especial, ao seu director, o professor João Paulo Costa, a confiança e o apoio recebidos na organização deste encontro, assim como pela sua presença na abertura do mesmo e no desenrolar das sessões. A sua generosa disposição quando lhe propus prefaciá-las estas páginas permitiu ter a melhor das apresentações possíveis. A minha dívida de gratidão estende-se também aos membros do Secretariado do Centro, especialmente à Sofia Diniz e a Inês Coelho (mas também a Maria do Céu Diogo, agora na Fundação para a Ciência e a Tecnologia), pela sua diligente e generosa colaboração. Do mesmo modo gostaria de destacar o apoio recebido pela *Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, assim como pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa por acolher aquelas jornadas, embrião deste livro. Queria também expressar o meu reconhecimento a André Teixeira por ter recebido a proposta de publicação com entusiasmo. Ao *Centro de História de Além-Mar* e a *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* cumpre agradecer-lhes o seu generoso patrocínio.

A todos muito obrigado.

Lisboa, 12 de Abril de 2011

SANTIAGO MARTÍNEZ HERNÁNDEZ